CONSELHO FISCAL
ATO Nº 114/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

ATO nº 114, de 15 de dezembro de 2025, publicado no painel de Editais da Prefeitura e na Imprensa Oficial do Município de Itapecerica da Serra.

MEMBROS: Michelle Cavalheiro
Diogo Zillig Baran (Ato 39 de 2026).
Ronaldo Luciano Luiz

Reunião iniciada no dia 23 de novembro de 2026 as 08h00 e encerrada no dia 24 de novembro de 2026 as 17h00.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às oito e trinta horas, reuniu-se na sala de reuniões do ITAPREV, situada no Complexo Administrativo Norberto José da Costa, na Avenida Eduardo Roberto Daher, nº 1135, Centro de Itapecerica da Serra, os Conselheiros Fiscais, todos nomeados pelo Ato nº 090, de 08 de novembro de 2023 e reconduzidos no Ato nº 114 de 15 de dezembro de 2025, convocados a comparecer nesta data previamente agendada, com as prerrogativas e deveres inerentes as funções, conforme assinatura de todos os presentes.

Da pauta a ser analisada, segue abaixo primeiramente os tópicos e em seguida, as análises feitas de cada um devidamente numerado para melhor leitura e clareza.

(I). Recita de contribuições;
(II). Parcelamento de contribuições previdenciárias e restituições;
(III). Compensação previdenciária;
(IV). Processos de aposentadorias;
(V). Despesas do fundo de previdência;

(VI). Conciliação bancária, receitas e despesas do mês de análise;

(VII). Relatório Analítico de Investimento;

(VIII). Relatório de Acompanhamento da Execução dos investimentos;

(IX). Parecer do Comité de Investimento.

(X). Relatório da consultoria de investimento;

(XI). Taxa Administrativa;

(XII). Patrimônio;

(XIII). Acompanhamento da regularidade do Instituto;

(XIV). Leitura da Ata do Conselho de Administração; e

(XVI). Relatório de Governança Corporativa.

Em relação aos tópicos apresentados anteriormente, segue as análises e avaliações realizadas de cada um, devidamente numeradas de acordo com o tópico correspondente:

(I). Diante a documentação apresentada, identificou-se as transferências por parte dos entes municipais, quanto as contribuições dos servidores, das obrigações patronais e suplementares, dentro do prazo estabelecido.

(II). A Prefeitura efetuou o pagamento (15/OUT/2026) do parcelamento das contribuições em atraso do ano de 2024, aprovado na Lei Nº 3.176/2025.

(III). Ficou constatado pelo conselho o recebimento da importância de R$97.827,95 (noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) a título de compensação previdenciária e o repasse do ITAPRÈV no valor de R$250,64 (duzentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos) como compensação a outro Instituto de Previdência.

(IV). Foi solicitado os processos de aposentadoria do mês de outubro de 2026. Foi disponibilizado os processos 364/2026, 480/2026, 497/2026, 556/2026 e 637/2026.

(V). O conselho apurou a despesa no montante de R$2.185.413,32 (dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e treze reais e trinta e dois centavos) para o cumprimento das obrigações previdenciárias, sendo R$1.844.053,04 (um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e três reais e quatro centavos) para

aposentadoria e R$341.360,28 (trezentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta reais e vinte e oito centavos) referente a pensões.

(VI). Efetuada a leitura do balancete e demonstrações contábeis referente ao mês de Outubro de 2026, não se identificou lançamentos incorretos ou que mereça revisão.

(VII). Sobre o RELATÓRIO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS, demonstra-se compatível com os extratos dos investimentos disponibilizados.

(VIII). Quanto ao RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DOS INVESTIMENTOS, o Instituto apresenta o Relatório Mensal de Acompanhamento da Execução dos Investimentos e o Parecer do Comitê de Investimentos, onde: A carteira de investimento do ITAPREV está segregada entre os segmentos de renda fixa (81,67%), renda variável (11,49%), estruturados (6,82%) e imobiliários (0,02%), não ultrapassando os limites permitidos pela Resolução CMN n°5272/2025. Os fundos de investimento classificados como renda fixa apresentaram a valorização de R$3.476.773,84 (três milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e setenta três reais e oitenta e quatro centavos. Os investimentos classificados como renda variável apresentaram a desvalorização de R$7.496.715,58 (sete milhões, quatrocentos e noventa seis mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e oito centavos). Os investimentos classificados como estruturados apresentaram desvalorização de R$1.024.121,69 (um milhão, vinte a quatro mil, cento e vinte e um reais e sessenta e nove centavos). E se tratando de investimentos classificados como imobiliários apresentaram a desvalorização de R$68.135,28 (sessenta e oito mil, cento e trinta e cinca reais e vinte e oito centavos). O Instituto obteve o retorno acumulado no período de 0,81% negativos, contrata a meta de 0,79% positivo. Pode aferir que no período o Instituto ficou 1,59% abaixo da meta estabelecida. No acumulado de 2026 até outubro, a carteira apresentou rentabilidade de 10,97%, versus 9,23% da meta acumulada, ou seja, supera a meta atuarial em 1,74%. Este Conselho, utilizando o portal eletrônico da consultoria (LEMA) nesta data, busca analisar separadamente o retorno dos recursos do fundo previdenciário, excluindo-se os valer referente a taxa administrava, onde verifica-se que fundo apresentou o desempenho abaixo do esperado, com retorno de -0,84% contra a meta atuarial de 0,61%. Observa-se a liquidez dos recursos na seguinte proporção: 73,66% com

liquidez em até 30 dias; 2,48% com liquidez entre 31 a 180 dias; 1,06% com liquidez entre 1 a 2 anos; 3,73% com liquidez superior a 2 anos. Ainda no mês de análise, foram registradas aplicações no montante de R$11.891.475,88 (onze milhões, oitocentos e noventa e um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) e resgates de total de R$8.166.020,14 (oito milhões, cento e sessenta e seis mil, vinte reais e quatorze centavos). O comitê de investimento avalia como desfavorável o desempenho da carteira de investimento para o mês de outubro de 2026, com rentabilidade mensal e acumulada inferior à meta atuarial, mas diante o retorno acumulado superior à meta apresenta parecer favorável quanto a condução geral da carteira. O comitê ainda mante a observação quanto à divergência de enquadramento exposto na avaliação anterior.

(IX). Apresentado o PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, qual indica o enquadramento e a manutenção carteira de investimento perante a Resolução CMN° 5.272/2025. Traz de forma clara e quantificável a exposição da carteira perante aos prestadores de serviços de Gestão e Administração, onde Caixa Distribuidora representa a maior parcela (41,84%) dos recursos, seguido pelo BB Gestão (19,27%) dos recursos. Nota-se a no item 8, a relação de intuições com procedimentos de credenciamento ou recredenciamento, quer ocorreram entre fevereiro e agosto de 2026.

(X). Foi disponibilizado a versão impressa do RELATÓRIO DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS, quanto ao panorama do mês de outubro, qual indica que as estratégias mais conservadoras seguem favorecidas pelo elevado patamar de juros, e que os títulos públicos pré-fixados de curta duração podem se beneficiar do fechamento da curva.

(XI). A taxa administrativa está aplicada nos modelos adotados pela política de investimento do fundo de previdência, tendo a importância de R$ 13.487.672,31 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seis centos e setenta e dois reais e trinta e um centavos).

(XII). Em relação à evolução patrimonial do Instituto, no mês de setembro, apresenta um patrimônio líquido de R$620.430.507,03 (seiscentos e vinte milhões, quatrocentos

e trinta mil reais, quinhentos e sete reais e três centavos). No mês de Outubro, apresenta um patrimônio líquido de R$619.055.053,41 (seiscentos e dezenove milhões, cinquenta e cinco mil, cinquenta e três reais e quarenta e um centavos. Podemos observar a retração patrimonial de R$5.112.198,71 (cinco milhões, cento e onze mil, cento e noventa e oito reais e setenta e um centavos). Importante mencionar que o total de recursos recebidos (Receita previdenciária) neste período foi de R$6.234.743,08 (seis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais e oito centavos).

(XIII). Verifica-se por meio dos eletrônicos de consulta que: Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) está com vigência até 12/ABR/2027; o Certificado do Programa PRO-GESTÃO está com vigência até 10/MAR/2028; a regularidade quanto FGTS (CRF) está com vigência até 21/DEZ/2026; a regularidade quanto Débitos Trabalhistas (CNDT) está com vigência até 23/MAI/2027; a certidão positiva com efeitos negativa quanto aos Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CNDF) está com vigência até 06/ABR/2027.

(XV). Procedeu-se a leitura das Atas do Conselho de Administração, referente as reuniões efetuadas no mês de setembro de 2026, disponíveis no portal eletrônico do Instituto de Previdência.

(XVI). O instituto apresenta Relatório de Governança Corporativa referente ao 1° semestre de 2026.

Diante ao exposto os senhores conselheiros fazem constar pela conclusão da **regularidade,** da prestação de contas de outubro/2026. Encaminhada ao Conselho Deliberativo para ciência conforme legislação vigente. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião as 17h00 do dia 24 (vinte) de novembro de 2026, da qual eu .....(Michelle Cavalheiro) lavrei a presente Ata que segue assinada por todos.

Ronaldo Luciano Luiz – Presidente.

Diogo Zillig Baran – Membro